

Ministério da Administração Interna
Serviços Sociais da Guarda Nacional Republicana



LINHAS ORIENTADORAS DOS SSGNR
OPÇÕES ESTRATÉGICAS DE GESTÃO

LISBOA

ÍNDICE

1. Enquadramento Institucional	2
1.1 A CONJUNTURA SOCIOECONÓMICA E OS SSGNR.....	3
2. As opções estratégicas de Gestão dos SSGNR – Princípios de Ação.....	5
2.1 GARANTIR NEUTRALIDADE ORÇAMENTAL	5
2.2 REABILITAÇÃO DO PATRIMÓNIO E NOVAS FUNÇÕES SOCIAIS DA HABITAÇÃO	6
2.3 MELHORIA DO RETORNO SOCIAL E ECONÓMICO.....	8
2.4 REVALORIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS TURÍSTICAS.....	8
2.4 PROJETOS NOVOS E INOVADORES (BENEFICIÁRIOS SÉNIOR E PESSOAS C/DEFICIÊNCIA)	9
2.5 MELHORAR A COMUNICAÇÃO E A INTERAÇÃO COM OS BENEFICIÁRIOS.....	11
3. Projetos futuros (a decorrerem e em preparação).....	12

1. Enquadramento Institucional

Os Serviços Sociais da Guarda Nacional Republicana (SSGNR) constituem-se como uma pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira e dispõem de património próprio, sendo o financiamento da sua atividade assegurado, em exclusivo, por receitas próprias, provindas das quotizações e dos serviços prestados aos Beneficiários¹.

Os SSGNR estão integrados no Ministério da Administração Interna e têm por missão o exercício da ação social complementar, dirigida aos militares e civis da Guarda, proporcionando-lhes o acesso a um leque diversificado de prestações sociais, procurando melhorar as suas condições de vida e assegurar proteção acrescida nas situações de maior vulnerabilidade pessoal, familiar ou socioeconómica.

No âmbito do desenvolvimento do presente documento síntese, denominado “Linhas de Orientação Estratégica 2024-2026”, o Conselho de Direção dos SSGNR teve em consideração não apenas os fatores endógenos à organização, mas também os exógenos, condicionadores das suas linhas de atuação de gestão estratégica.

Atendendo ao enquadramento político atualmente existente, designadamente pelo estipulado no próprio Programa do XXIII Governo Constitucional, do Plano de Recuperação e Resiliência - PRR (que teve por base o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030) e também da Lei N.º 82/2023, de 29 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado 2024 e, também, da Lei n.º 38/2023, de 2 de agosto que, aprovou as Grandes Opções do Plano (GOP) para o triénio 2024-2026, os SSGNR “desenharam” o presente documento síntese, subsidiário das Linhas de Orientação Estratégica 2024-2026, tendo como foco principal os Princípios de Gestão Estratégica que norteiam a condução dos Serviços Sociais.

As linhas orientadoras dos SSGNR assentam num conjunto de princípios de gestão estratégica aqui traçados, que correspondem aos “caminhos” enquadramentos da política de gestão definida pelo Conselho de Direção dos Serviços Sociais e estabelecem o rumo que os SSGNR almejam

¹ Os Serviços Sociais contam com 44 755 beneficiários titulares e 63 242 beneficiários familiares (dados a 31 de dezembro de 2023).

prosseguir durante os próximos anos, em especial, no período definido de 2024-2026, em prol do cumprimento da sua missão organizacional.

1.1 A CONJUNTURA SOCIOECONÓMICA E OS SSGNR

Atendendo à atual conjuntura socioeconómica, decorrente dos eventos de instabilidade ocorridos nos últimos anos, é forçosamente natural que as organizações procurem ajustar e revigorar os seus modelos e práticas de gestão, adaptando-se às novas realidades sociais e económicas, entretanto surgidas.

Nesse sentido, os SSGNR, reconhecendo a dupla tarefa de formular respostas adequadas, quer a nível interno, assumindo e lidando com os imperativos e condicionalismos de gestão organizacional, quer na relação com os Beneficiários, por via da qualidade das prestações oferecidas, procuram assegurar que os ajustamentos de organização interna sejam compatíveis e valorizem as necessárias respostas sociais no seu âmbito de intervenção.

O equilíbrio e sustentabilidade da gestão que se exigem a uma organização com as características, atribuições e valências dos Serviços Sociais, são objetivos permanentes, uma vez que deles dependem, em grande parte, a qualidade e o valor das prestações disponibilidades, muitas delas, com forte impacto direto no desejado bem-estar social dos beneficiários da missão dos SSGNR. Não basta o empenho, motivação, profissionalismo e dedicação, dos militares e trabalhadores civis, também é fundamental construir e preservar o equilíbrio de gestão financeira da organização, uma condição crítica para que possamos continuar a trilhar um caminho de sucesso e de ambição, sempre no sentido de dar mais esperança e maior qualidade de vida a todos aqueles que de uma mão amiga necessitam, especialmente em tempos de maiores dificuldades.

Por isso, em obediência aos valores e princípios que se conjugam nas nossas “**Razões de Servir e Ajudar**”, os SSGNR delinearam para os próximos anos um conjunto de opções estratégicas de gestão, enquadradas no espaço amplo dos objetivos que norteiam a condução da organização, tendo em conta os objetivos estratégicos e operacionais traçados e aprovados anualmente pela Tutela MAI e , definidos nos vários documentos de gestão interna, como sejam os planos de atividades e os QUAR, e também aqui expressos no presente documento, ainda que o ora pretendido seja um enfoque mais incisivo naquilo que são as opções estratégicas de gestão dos SSGNR para o período em curso.

Ainda neste contexto, há a referir que para a concretização das GOP do Estado, desenvolvidas para o período 2023-2026, ficou evidenciada a importância das *políticas sociais*, articuladas com os recursos necessários para enfrentar o conturbado período de crise social e económica que tem vindo a afetar o país e os seus cidadãos, motivo pelo qual, também os SSGNR, na área das suas atribuições e competências se encontram fortemente empenhados e focados em áreas de gestão estratégica, elegendo e prosseguindo 6 (seis) grandes opções:

- Reabilitação do Património (objetivo de efeito multiplicador) e as novas funções sociais da habitação;
- Melhoria do retorno social e económico;
- Revalorização das Infraestruturas Turísticas (repouso e lazer);
- Implementar Projetos diferenciados (beneficiário sénior e pessoas com deficiência);
- Melhorar a comunicação e interação com os Beneficiários;
- Garantir a neutralidade orçamental dos novos projetos.

2. As opções estratégicas de Gestão dos SSGNR – Princípios de Ação

Os SSGNR, conforme já referido, têm nos seus vários documentos de gestão, devidamente definidos os seus Pilares de atuação estratégica, configurados nas dimensões social, patrimonial e cultural, que se desdobram nos inerentes objetivos estratégicos e, a nível das unidades orgânicas, em objetivos operacionais, dando assim cumprimento e resposta às suas competências e, concomitantemente, às atribuições do organismo.

Tendo em conta esses objetivos estratégicos, neste documento procede-se à definição das opções estratégicas de gestão e seus princípios de ação, incluindo uma breve caracterização, de forma a tornar mais claro o propósito dessas opções.

Os SSGNR oferecem um amplo conjunto de prestações de serviços aos seus Beneficiários, mas mais do que oferecer uma gama muito alargada de serviços, interessa proporcionar um conjunto de serviços e produtos de qualidade que possam, da melhor forma, responder às necessidades, expectativas e anseios de todos aqueles que a eles recorrem.

Na base da gestão dos Serviços Sociais e porque se trata de uma organização atuante no domínio da ação social complementar, cujas atividades são financiadas pelos próprios beneficiários, sem recurso a qualquer transferência do Orçamento do Estado, o objetivo de equilíbrio entre as receitas e as despesas é orientador de todas as opções, constituindo-se como princípio de ação estrutural de gestão organizacional, independentemente do contexto vivido ou da conjuntura macroeconómica existente.

2.1 GARANTIR NEUTRALIDADE ORÇAMENTAL

Na verdade, o garantir da **neutralidade orçamental** é, paradigmaticamente, talvez o pressuposto mais forte a que os SSGNR têm de atender, pois este encontra-se na base de todas as ações, atividades, projetos ou programas existentes. Sem a existência de uma gestão baseada na ideia de equilíbrio financeiro, em que a perspectiva de despesa é sempre acompanhada da prévia certeza de arrecadação da receita, seria impossível oferecer coerência e consistência ao modelo prestacional que guia todas as atividades e o sentido da Missão cometida aos SSGNR. Ainda a este propósito é de referir que, quanto ao património financeiro, sobressai o constante crescimento do valor dos saldos transitados, obrigatoriamente constituídos em Certificados

Especiais de Dívidas de Curto Prazo (CEDIC's), de resto, conforme previsto pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 71/99, de 15 de Julho, e que autoriza o Instituto de Gestão do Crédito Público (IGCP) a emitir empréstimos internos de curto prazo, representados por CEDIC's e destinados à aplicação dos excedentes de tesouraria das entidades do Sector Público Administrativo (SPA)².

É a garantia de **neutralidade orçamental** que permite a criação de novos projetos, mas que também permite a construção de um conjunto de outros princípios de ação, pensados sempre numa lógica de garantia e do assegurar das ações desenvolvidas, sejam as de natureza patrimonial, social ou cultural.

Os pilares de atuação dos SSGNR, o Social, o Patrimonial e o Cultural só são passíveis de concretização prática, se se encontrarem asseguradas as condições de gestão assentes em racionais de equilíbrio financeiro, pelo que a gestão eficaz é considerada como crítica, mas a forma de como a atingimos ainda é mais decisiva, razão pela qual a eficiência está na base de uma gestão que acreditamos se encontrar focada nos propósitos essenciais de ação estratégica dos Serviços Sociais.

Os Serviços Sociais, atuantes em vários domínios, têm vindo a apostar fortemente na valorização do seu património habitacional. Na realidade, o vasto património existente, distribuído por todo o país, é o sustentáculo de muitas pessoas, de muitas famílias, a que os Serviços Sociais dão resposta. As várias casas com função social são críticas para muitos dos nossos Beneficiários, sem as quais, muitos deles correriam o risco de ficarem nas franjas da sociedade, vivendo com dificuldades acrescidas.

2.2 REABILITAÇÃO DO PATRIMÓNIO E NOVAS FUNÇÕES SOCIAIS DA HABITAÇÃO

Ora, os SSGNR têm como propósito de ação, atuar incisivamente na **reabilitação do património habitacional**³, situação que tem vindo a ser concretizada, desde logo, pela recuperação do seu edificado, com milhões de euros alocados a esse esforço, seja por receita própria, seja por financiamento de programas nacionais como o da BNAUT - *Bolsa Nacional de Alojamento Urgente*

² O valor dos SSGNR em CEDIC's ascendeu, em 31 de dezembro de 2023, a mais de 31,1 milhões de euros, atualmente sem qualquer remuneração e com utilização muito condicionada.

³ Relativamente ao património imobiliário, os SSGNR dispõem de 1.168 frações e apartamentos, dos quais 741 estão arrendados e 337 devolutos (dados a 31 de dezembro de 2023).

e *Temporário*, integrante do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), tratando-se de uma oportunidade singular para acelerar o processo de reabilitação do património habitacional, de que os Serviços Sociais estão diretamente a ser beneficiários⁴, contribuindo assim para a recuperação do património, muito dele em estado devoluto e/ou mesmo em avançado estado de degradação, razão pela qual o esforço de reabilitação desenvolvido nestes últimos anos e ainda em fase de curso, tem sido determinante para as várias tipologias de habitação existentes, como seja a da habitação com renda apoiada⁵, a habitação familiar temporária, as residências de uso partilhado⁶, os alojamentos para situações urgentes e de emergência (saúde, conflitos familiares, etc.)⁷, as novas residências e lares para estudantes universitários⁸, entre outras tipologias a serem criadas de futuro.

Ainda na área patrimonial é de referir o bem sucedido Programa de Arrendamento com Projeto de Reabilitação (PAPR), aprovado no final de 2019, com o qual já foi possível assegurar casa nova a mais de 110 famílias, numa lógica de partilha de responsabilidades entre os Serviços Sociais e os Beneficiários, pelo qual são disponibilizadas casas devolutas e cuja reabilitação interior fica a cargo dos arrendatários, sempre com a garantia de financiamento por parte dos SSGNR, sendo o investimento deduzido no valor da renda ao longo do prazo de arrendamento máximo, fixado em 10 anos. Este é um dos programas “bandeira” dos Serviços Sociais que, inclusive, se tem

⁴ A BNAUT- PRR a que os SSGNR se candidataram e viram a sua aprovação autorizada, permitirá a reabilitação interior de 165 casas de habitação com funções sociais, que corresponde a um financiamento de 5,8 milhões de euros, a executar em 5 anos, mas que, os Serviços Sociais pretendem concluir em apenas dois anos.

⁵ A aprovação da Portaria n.º 167/2017, de 22 de maio, permitiu a regularização e atualização dos contratos de arrendamento antigos e, por conseguinte, colocou os SSGNR na vanguarda das respostas aos problemas de habitação, regenerando o arrendamento apoiado e criando outras soluções, algumas delas inovadoras, tais como o Programa de Arrendamento com Projeto de Reabilitação (PAPR), aprovado pela Portaria n.º 374/2019, de 16 de outubro, ou a intervenção imediata em contexto de vulnerabilidade pessoal ou familiar.

⁶ A habitação partilhada, surgiu para colmatar as necessidades de alojamento dos beneficiários deslocados, por motivos profissionais, designadamente, por colocação, nomeação ou por mobilidade.

⁷ No alojamento temporário de emergência, os SSGNR conseguiram satisfazer todos os pedidos surgidos. Assim, desde a sua criação, no final de 2017, e, maioritariamente, por razões de saúde, 150 famílias já usufruíram desta tipologia de alojamento.

⁸ As Residências de Estudantes dos SSGNR têm atualmente uma capacidade de alojamento para mais de 400 estudantes, o que permite dar resposta complementar aos já existentes Lares de Estudantes, quer em Lisboa, quer Coimbra, mas também alargando a oferta às cidades de Braga, Bragança e Faro. Este número compara com o de há cinco anos atrás que comportava um máximo de 161 estudantes, altura em que se iniciou o processo de criação de Residências, ajustando a oferta aos locais da procura e satisfazendo, praticamente, todos os pedidos.

constituído como um projeto referência para muitas outras entidades atuantes no domínio público.

2.3 MELHORIA DO RETORNO SOCIAL E ECONÓMICO

Os SSGNR ao avançarem com estes e outros projetos, estão a assegurar uma **Melhoria do Retorno Social e Económico** do investimento feito, pelo que a reabilitação patrimonial habitacional se constitui, sem dúvida alguma, como um dos eixos prioritários de atuação porquanto da sua concretização e implementação se espera, sempre, um efeito multiplicador seja na própria área patrimonial, com novos investimentos em recuperação patrimonial, seja em outras áreas de atuação, como as de natureza social e cultural. Na realidade, o efeito de retorno económico decorrente da política de ação patrimonial, é considerado como determinante para todas as outras áreas de atuação dos Serviços Sociais, pelo que não há aqui áreas compartimentadas, fechadas e/ou separadas, mas sim, um todo universal, integrado, uno, que exige *de per si* uma visão de gestão estratégica verdadeiramente holística por parte do Conselho de Direção dos Serviços Sociais.

2.4 REVALORIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS TURÍSTICAS

Atentos às várias dimensões de atuação dos SSGNR, foi considerada como uma das ações críticas de gestão a **Revalorização das Infraestruturas Turísticas**⁹ (IFT), designadamente as alocadas para efeitos de repouso e de lazer dos beneficiários, com o propósito último de servir mais beneficiários, dando-lhes melhores condições de estadia, seja ela de curta ou média duração. Esta aposta na revalorização das IFT é premente para os Serviços Sociais, porquanto esta gerar, em si mesma, também um efeito multiplicador, quer na oferta de infraestruturas disponibilizadas, quer, por maioria de razão, de uma maior procura verificada por parte dos beneficiários que a elas ocorrem.

Esta dinâmica relacional de *oferta-procura*, permitirá, por sua vez, não apenas criar mais e melhor oferta nestes serviços que proporcionamos aos beneficiários, mas também ajudar a alavancar outras ações de gestão tidas como essenciais para uma organização com as características e os atributos dos Serviços Sociais.

⁹ As infraestruturas de repouso e lazer dispõem de capacidade para alojar 155 famílias e, em 2023, foi possível atribuir alojamento de férias a quase 2.200 famílias.

2.4 PROJETOS NOVOS E INOVADORES (BENEFICIÁRIOS SÉNIOR E PESSOAS C/DEFICIÊNCIA)

Atendendo a uma lógica de gestão baseada em racionais de equilíbrio e de boas práticas de gestão financeira, garantindo-se a necessária e exequível neutralidade orçamental, é possível dar corpo à edificação de outros **Projetos**, programas e ações considerados como críticos para os beneficiários, como sejam os vários projetos já iniciados e em curso, mas também aqueles que se desejam dar continuidade e outros que se perspetivam para um futuro próximo. Falamos essencialmente de projetos de cariz social, como os projetos para os beneficiários mais vulneráveis, sejam eles os **Beneficiários Sénior**, que estão na primeira linha das nossas preocupações sociais, mas também de projetos para as famílias integrantes de **Pessoas com Deficiência**. Ainda a este propósito, com a colaboração da cadeia de comando e todo o dispositivo territorial da Guarda, temos vindo a proceder ao recenseamento dos casos de seniores em situações de maior fragilidade e de pessoas com deficiência grave por forma a se encontrarem e agilizar as respostas mais adequadas às necessidades daqueles grupo-alvo.

Os SSGNR, já em 2021, inauguraram a sua “Aldeia Sénior”, conglomerado de 6 casas modulares, instaladas na Colónia de Férias da Costa da Caparica (CFCC), que permitiu alojar pessoas em situação de grande fragilidade e desamparo. Também nesse ano, e no conturbado período pós-pandemia, foi possível criar e promover a primeira Colónia para Seniores¹⁰, que decorreu na CFCC, evento particularmente saudado pelos beneficiários seniores, que não se cansaram de elogiar a iniciativa, inclusive com vários testemunhos orais e escritos que muito honraram os Serviços Sociais.

Mas também os Serviços Sociais têm tido programas e preocupação em responder aos anseios e necessidades dos mais jovens, adolescentes e crianças, tendo para isso um conjunto de iniciativas, desde o tradicional Dia da Criança, espaço de convívio e lazer entre famílias, focado especialmente nos mais pequenos, até outras importantes iniciativas de índole social e cultural, como as colónias para crianças e jovens¹¹ e também as colónias desenvolvidas em parceria com

¹⁰ As Colónias para Seniores contaram com a participação de 82 pessoas, ambas com um total de 41 elementos. Estas iniciativas constituem-se como momentos únicos e singulares na vida das pessoas, em especial daqueles que, diariamente, já sentem mais o peso da solidão, sendo que as Colónias são momentos de partilha e de ação, ajudando a promover um ambiente saudável, estimulando os idosos à prática de uma vida mais ativa e reforçando, inclusive, laços de solidariedade e camaradagem entre todos os participantes.

¹¹ Em 2023, as colónias para crianças e jovens atingiram um máximo de 1 082 ocupações, superando largamente os melhores números de anos anteriores.

as nossas congéneres internacionais, das quais se destacaria o já consolidado programa de intercâmbio com a Royal Gendarmerie de Marrocos¹², a que se juntará idêntico programa com a Associação de apoio aos Órfãos da Guardia Civil de Espanha. Outros importantes eventos como seja a criação do espaço do beneficiário nas Unidades, a Festa da Família, agora, descentralizada nas várias Unidades, as viagens culturais, as excursões temáticas, os concursos de escrita recreativa para crianças e adolescentes, as prendas, cabazes e eventos natalícios, são, pois, elementos fundamentais para descentralizar, mas também para personalizar, aproximar, envolver e desenvolver afetos entre todos.

Também aqui e com o espírito de solidariedade que acompanha muitos dos camaradas da Guarda e que os mesmos assumem na sua interação com os outros, foi desenvolvido o denominado “Programa de Voluntariado”, já em fase de implementação mas que ainda não ganhou as asas que nós tanto ambicionamos e que, na sua génese, se pretende constituir como uma resposta oportuna e consequente para os problemas do isolamento e de solidão dos nossos idosos, sendo que os SSGNR terão de encontrar, a breve trecho, novas soluções para disseminarem, reforçarem e tornarem este programa ainda mais forte e mais próximo, principalmente para os que, junto deste programa, poderão retirar os melhores dividendos.

Mas os SSGNR, até por questões de boa gestão dos dinheiros públicos, que são exclusivamente oriundos das contribuições resultantes das quotizações e da prestação de serviços existentes, apostam em áreas como a mutualidade, concedendo empréstimos¹³ a taxas reduzidas e também a subsídios, particularmente destinados a militares ou civis que se enquadrem no âmbito da concessão de atribuição, o qual pode ser de uma única atribuição (e.g. subsídio de funeral) ou resultante de um determinado contexto social e familiar (e.g. subsídio de nascimento).

Já no que concerne à atribuição de subsídios, os Serviços Sociais asseguram a cobertura de

¹² No âmbito do programa de intercâmbio existente com a congénere marroquina, foi possível que, em 2023, um total de 20 crianças portuguesas participassem nas colónias em Marrocos e que 20 crianças marroquinas passassem também férias em Portugal.

¹³ A atribuição de empréstimos a taxas especialmente bonificadas, assumem-se como de especial relevância para os Serviços Sociais e para os seus Beneficiários. Em 31 de dezembro de 2023, os SSGNR tinham ativos mais de 3.800 empréstimos o que totaliza um montante total em circulação superior a 25 milhões de euros, número já de si algo significativo. Só durante o ano transato de 2023 foram emprestados mais de 7 milhões de euros.

todo o ciclo de vida do militar, mesmo após a sua morte. Também neste âmbito, importa referir que, em 2023, foram criados os Subsídios de Internamento em Lares e de Apoio Domiciliário, com um limite máximo de 1200 euros por ano, estritamente calculados em função da despesa, sem qualquer condição de rendimento¹⁴.

Ainda no âmbito dos **Projetos**, a área relativa a Protocolos¹⁵, mantém uma dinâmica ímpar, seja pela oferta preconizada, seja pela procura existente por parte dos beneficiários os quais veem nesses protocolos reais mais-valias em termos de condições proporcionadas pelas entidades protocoladas, designadamente as condições em termos de preços e descontos praticados muito especialmente, na educação e na área de saúde e cuidados sénior, pelo que, no presente e no futuro, os Serviços Sociais continuarão atentos a esta área de atuação, procurando sempre valorizar e alargar esta importante forma de apoio aos nossos beneficiários.

Também na área da saúde, os SSGNR têm na sua Farmácia, seja pelo atendimento presencial em balcão na Rua Jardim do Tabaco, seja pelo recurso à *farmácia online*, uma cada vez mais procura, que, pese embora os elevados custos de expedição, tem sido possível garantir a sustentabilidade desta prestação, que cremos deva ser aprofundada, até pelo valor simbólico que a mesma comporta em si mesmo, na medida em que se traduz num precioso serviço que chega a casa de todos os beneficiários, inclusive aos residentes das regiões autónomas dos Açores e da Madeira, em condições de plena igualdade.

2.5 MELHORAR A COMUNICAÇÃO E A INTERAÇÃO COM OS BENEFICIÁRIOS

Por fim, e por este documento se tratar de uma síntese especialmente focada nos princípios de ação estratégica dos SSGNR, ou seja, nas opções estratégicas de gestão organizacional e não as grandes “Linhas Estratégicas 2024-2026”, finalizamos centrando-nos também numa

¹⁴ É do entendimento dos SSGNR que, cada vez mais, a desejável equidade da ação social complementar deve ser construída pela diferenciação das contribuições, de acordo com o rendimento e igualdade tendencial no acesso e usufruto das prestações.

¹⁵ A 31 de dezembro de 2023, os SSGNR tinham 611 protocolos firmados, sendo que só nesse ano foram realizados 33 novos protocolos, renegociados 13 e rescindidos 4 protocolos, por se concluir que estes últimos não apresentavam interesse acrescido para os beneficiários.

área crítica e de aposta decisiva dos Serviços Sociais para os anos vindouros e que também temos vindo, ano após ano, a dar um impulso cada vez maior, seja pela desmaterialização dos processos internos já em curso, seja pela aposta forte que ainda teremos que implementar naquilo que é a relação com os nossos Beneficiários, ou seja **Melhorar a Comunicação e a Interação com os Beneficiários**.

Neste pressuposto, quaisquer que sejam as circunstâncias, os SSGNR vão continuar a melhorar os seus processos de interação com o exterior e em particular com os Beneficiários, promovendo um relacionamento baseado na lealdade, na transparência e na facilitação do escrutínio, utilizando, para tal, todos os meios de informação possíveis, para que os Beneficiários participem e se sintam parte dos Serviços Sociais, seja através do Portal do Beneficiário, seja através da atualização do nosso site institucional, seja através da divulgação dos Boletins Informativos, seja através das nossas Newsletters, entre outras formas de comunicação da informação.

3. Projetos futuros (a decorrerem e em preparação)

Finalmente, importa desde já mencionar que os Serviços Sociais têm grandes projetos em curso por forma a poderem responder às diferentes necessidades de habitação dos beneficiários. Assim, a construção de um Centro de Apoio Habitacional, no Alto Pina, em Lisboa, constituído por nove suites e um salão multiusos com 250 metros quadrados de área já se encontra finalizado e em condições de lhe dar o devido uso. Por outro lado, estão a ser desenvolvidas as necessárias diligências tendentes à construção de um Complexo Habitacional, em Vila Nova de Gaia, que contempla cerca de 80 habitações com funções sociais, existindo já um esboço arquitetónico e a autorização da Tutela para aquisição de uma parcela de terreno à GNR/Estado, que se juntará ao terreno dos SSGNR.

Paralelamente, os SSGNR já encetaram os primeiros passos para a formação de uma parceria, envolvendo diferentes estruturas de apoio social complementar para a criação de uma rede de Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI), gerida por uma instituição de referência do setor social e assegurando a cobertura nacional deste serviço fundamental.

Finalizamos o presente documento síntese e complementar do “*Linhas Estratégicas 2024-2026*” salientando que os Serviços Sociais da Guarda Nacional Republicana nunca se afastarão dos três pressupostos a observar em todos os processos de decisão estratégica:

- Garantir a neutralidade orçamental nos novos projetos e programas;
- Assegurar sustentabilidade no presente e no futuro; e
- Não criar “fardos” para as gerações futuras.

O Vice-Presidente



Arménio Timóteo Pedroso

Coronel

Lisboa, 17 de janeiro de 2023